

MENSAGEM EXPLICATIVA**Senhor Prefeito Municipal Rogério Santos**

Com enorme satisfação encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, atualizada e compatibilizada com o projeto de Lei do Plano Plurianual e com as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhadas, bem assim com as normas pertinentes da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orgânica do Município de Santos.

A presente proposta Orçamentária compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os programas e ações da Administração Direta e dos órgãos da Administração Indireta: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Santos, Caixa de Assistência ao Servidor Público Municipal de Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos, Fundação Pró-Esporte de Santos e Fundação Parque Tecnológico de Santos.

- **Cenários Previstos, Percepção de Risco e Indicadores Econômicos**

Na elaboração da presente Proposta levou-se em consideração o cenário econômico e financeiro projetado para o país e para o mundo no próximo exercício e sua repercussão no âmbito regional e local, bem como eventuais impactos na balança comercial, que afetam as importações e exportações movimentadas pelo Porto de Santos e consequentemente a arrecadação do ISSQN (a maior receita tributária do município).

O cenário econômico mundial sofreu uma mudança considerável desde da elaboração da LDO 2026. As projeções do boletim Focus, divulgadas no dia 01/08, indicam uma mudança sutil no IPCA que passou de 4,40% para 4,43% acima da meta de 3%, mas ligeiramente abaixo do limite máximo de 4,5%. Já a taxa Selic continua em 12,5%, como citado no texto da LDO 26, mas com expectativa que um ciclo de redução na Selic comece em dezembro desse ano frente a desaceleração de mercado por conta da pressão tarifária.

Já no período de elaboração desta LOA (ago/25), a da Taxa SELIC é de 15% ano, com expectativa do FOCUS de chegar a 12,50% a. a até 2026.

As principais razões indicadas para manutenção dos juros altos são a inflação acima do limite da meta do Bacen (3% a.a), a necessidade de controle devido ao ritmo acelerado da atividade econômica, a incerteza fiscal (dívida pública e gastos do governo) e um cenário externo desafiador com tensões geopolíticas e decisões de outros bancos centrais, como o dos Estados Unidos.

A projeção do PIB registra um crescimento de 2,23 em 2025 e 1,88 em 2026, apesar de haver uma queda leve entre os anos, essa queda deve ser tratada com cuidado quando observado o cenário internacional, visto que as tarifas aplicadas pelo governo

americano representam risco ao Brasil, que no momento é um dos países mais afetados pela carga tarifária. Um dos principais efeitos do tarifaço é justamente a diminuição da atividade comercial, afetando principalmente as exportações, impactando assim a atividade no porto de Santos.

Dentre os fatores relevantes que influenciaram o panorama econômico atual do país, podemos destacar:

- **Europa**

No cenário mundial, a zona do Euro segue apontando um crescimento pouco expressivo, a projeção feita pelo ITAU-BBA no mês de agosto/25 demonstra uma previsão de crescimento de 1,1 pontos percentuais em 2025, um acréscimo em relação à 2024, já em 2026 mantemos uma projeção positiva, com 1,2 pontos percentuais, um resultado melhor do que o apontado na LDO, que constava apenas um ponto percentual. Parte desse crescimento é influenciado pelo pacote fiscal proposto pelo governo alemão, composto por uma série de medidas expansionistas que visam estimular o crescimento econômico. Como primeira medida, a Alemanha anunciou uma redução de impostos no valor de 46 bilhões como apoio as empresas e buscando o fomento do investimento no país.

Sobre as tarifas para a região, a União Europeia firmou um acordo com os Estados Unidos que determinou 15% de tarifa em todas as exportações na região, a tarifa instituída deve afetar negativamente a atividade europeia ao longo do segundo semestre de 2025 e primeiro semestre de 2026, porém o pacote fiscal anunciado pelo governo Alemão deve compensar o impacto negativo. (ITAU-BBA).

- **Estados Unidos**

Em relação a LDO 2026 podemos observar a desaceleração do mercado americano, mesmo com o bom resultado no segundo trimestre, uma alta de 3% na comparação trimestral anualizada. O resultado se deu principalmente pela antecipação das importações por conta das tarifas, mas, quando comparamos as projeções de crescimento do PIB na LDO 26 com a projeção atual podemos observar a tendência de desaceleração, a projeção para 2026 era de 2,5%, agora a projeção é de 1,5%, a retração atinge diversos setores da economia americana, o nível do consumo domiciliar caiu, o número de contratados líquidos também retraiu.

A queda do ritmo se dá principalmente pelo modelo de políticas erráticas executadas pelo governo americano, o FED, Banco Central americano, havia proposto um corte na taxa de juros em novembro de 2025, mas por conta de um cenário mais contraído existe a possibilidade do corte ser executado em setembro, uma tentativa de manter o mercado aquecido. (ITAU-BBA)

- **China**

O PIB chinês foi revisado de 4% para 4,7% para 2025 e mantido em 4% para 2026, nota-se que apesar de um cenário externo conturbado, a China vem

desempenhando um bom crescimento, o ajuste positivo quanto ao PIB acontece principalmente por dois fatores, o estímulo fiscal implementado no país, que veio estimulando o investimento em infraestrutura, e o saldo positivo das exportações, demonstrando uma resiliência no mercado.

Mas apesar de um bom crescimento no primeiro semestre do ano esperamos uma desaceleração no segundo semestre por um impacto mais evidente das tarifas, apesar do governo chinês não ter demonstrado interesse em um novo estímulo fiscal, dessa vez voltado para o mercado imobiliário e monetário, a situação pode mudar dependendo do desempenho do mercado no segundo semestre. (ITAU-BBA).

- **Brasil**

No cenário brasileiro, as exportações nacionais encontram adversidades após a aplicação de tarifas de 50% sobre produtos anunciadas pelo governo dos Estados Unidos, segundo maior parceiro comercial do Brasil. A medida americana isenta 694 categorias, recebendo a parcela anterior, 10%, dentre eles estão, produtos derivados de laranja e de petróleo, minérios de ferro e tecnologias da aviação. Por outro lado, categorias importantes continuaram com a maior taxa, como o café, açúcares e a carne bovina. As medidas devem ter impacto direto na balança comercial do país, reduzindo as exportações e consequentemente a produção. Para evitar queda na produção e aumento nas demissões, o Governo Federal estuda incluir R\$30 bilhões em linhas de crédito subsidiadas, compras públicas de alimentos e outras medidas emergenciais para mitigar os efeitos.

Apesar do Tarifaço, as exportações brasileiras cresceram 13% e as importações 0,5% entre julho e agosto de 2025. No acumulado desde o início do ano, as exportações e importações totalizaram, respectivamente, US\$ 206,87 bilhões e US\$ 167,67, sendo assim, a Balança Comercial apresentou um superávit de US\$ 39,20 bilhões, um resultado 18,2% menor em comparação com 2024.

A Reforma Tributária terá sua fase de teste iniciada nos primeiros meses de 2026 e segue seu desenvolvimento que contará com a implementação do *Split Payment*, método de pagamento inédito que separa os tributos no momento da liquidação financeira da operação comercial, diminuindo a sonegação fiscal e promovendo uma arrecadação mais eficiente.

- **Santos**

A conjuntura nacional e internacional, descrito como a reforma tributária e tarifaço devem afetar a arrecadação no município, porém fatores estruturantes no município propõe incremento na atividade local do ponto de vista social, econômico e turístico, a saber:

- O túnel Santos-Guarujá o projeto recebeu a licença previa, primeira das três fases do licenciamento ambiental, autorizando o avanço das parcerias Público-Privadas, o leilão

para definir a concessionária responsável deve acontecer dia 5 de setembro.

- A entrega do Parque Palafitas que deve ocorrer em 2026, a obra promete moradia aos moradores da Vila Gilda na Zona Noroeste e maior preservação ambiental ao mangue situado na região.
- Outra obra notável para região é a nova arena multiuso do Santos F.C, que além de ampliar o estádio de um time emblemático para a cidade de Santos, vai permitir que eventos e shows sejam realizados na arena, trazendo a possibilidade de fomentar os eventos na região.
- A cidade de Santos registrou um aumento de 5,14% no valor de vendas e um aumento de 10,30% no valor de locação dos seus imóveis, podendo se criar uma tendência de aumento por conta das obras na região que vão valorizar alguns imóveis, principalmente os situados no bairro Jabaquara.
- A construção do shopping Litoral Plaza Santos, o empreendimento que promete ser o maior shopping do litoral paulista foi ampliado, o projeto agora conta com 5 torres comerciais e residenciais, isso traz uma especulação imobiliária e que pode encarecer a região, criando assim a tendência de aumento citada acima.

- **Porto**

O porto de Santos registrou um aumento de 6,1% no volume de cargas em relação ao ano de 2024, vale ressaltar que muito desse aumento ocorreu por conta da antecipação de exportações antes da data de execução das tarifas americanas, essa movimentação acabou naturalmente alavancando a receita do porto no segundo trimestre de 2025 um aumento de 6,9% em relação a 2024.

O porto de Santos vai ser impulsionado pelo Tecon Santos-10, localizado no cais do Saboó, o terminal ocupará uma área de 621.975m² e trará um aumento de movimentação de cargas para o Porto de Santos, podendo receber navios de categoria triple e (ultra grandes) tornando o porto de Santos mais competitivo, já que com a conclusão do terminal Santos deve passar de 46ª para 15ª posição em capacidade de movimentação de carga.

Além disso o terminal deve aliviar o conflito Porto-Cidade visto que o projeto inclui obras como um pátio regulador para caminhões visando impedir a formação de filas que prejudiquem as vias externas. O Tecon-10 só funcionará com plena capacidade no nono ano após o início de seu contrato.

Assim, senhor Prefeito, considerando as situações apresentadas para 2026, sugerimos uma peça orçamentária com projeções “otimistas cautelosas” elaborada em estreito rigor aos preceitos legais e técnicos já consolidados e em respeito ao princípio da prudência.

Nestes termos, a proposta de Orçamento para 2026 é de R\$ 6.324.434.000,00 detalhada conforme segue na estimativa das receitas e fixação das despesas:

I – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

- **Metodologia de Previsão**

A Receita foi prevista através do método histórico incremental, profundamente difundida nas técnicas de elaboração dos orçamentos públicos.

O principal fator explicativo para as projeções mais elevadas das receitas tributárias desta PLOA 2026 em relação a PLDO 2026 é o que podemos chamar de efeito base, a saber:

As estimativas do PLDO foram elaboradas em sua maior parte com projeções da arrecadação de 2024, que, em linhas gerais, são incrementadas a partir de efeitos preço, quantidade e legislação, estimados historicamente e aplicados sobre essa base ajustada. Já as projeções desta PLOA foram elaboradas a partir de uma nova base ajustada da arrecadação do 1º semestre de 2025 com parâmetros macroeconômicos (IPCA, PIB, reajuste de tributos) mais consolidados do mês de agosto corrente, sendo mais aderentes ao exercício seguinte de 2025.

- **Destaques da Receita**

A receita total (administração direta e indireta) estimada para o exercício de 2026 totaliza R\$ 6.324.434.000,00 representa um crescimento da ordem de 14,8% em relação à receita orçada para o exercício do ano anterior.

A Receita Própria da Administração Direta é composta da receita de Impostos, Taxas, Contribuições, Patrimonial, de Serviços, Transferências e de Outras Receitas Correntes e de Capital, como Operações de Crédito e Alienação de Bens totalizando R\$5.377.656.000.

Para as receitas tributárias é prevista arrecadação da ordem de R\$2.933.341.000, com destaque para o ISSQN previsto em R\$ 1.604.056.000 e IRRF previsto em R\$ 286.756.000

MUNICÍPIO DE SANTOS

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026

I - RECEITA BRUTA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		R\$ 5.629.422.000,00
RECEITAS CORRENTES		R\$ 5.132.560.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 2.933.341.000,00	
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 34.084.000,00	
PATRIMONIAL	R\$ 51.869.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 2.055.919.000,00	
ICMS	R\$ 156.864.000,00	
FPM	R\$ 914.000.000,00	
IPVA	R\$ 180.846.000,00	
SUS	R\$ 284.200.000,00	
FUNDEB	R\$ 290.000.000,00	
Outras Transferencia	R\$ 230.009.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 57.347.000,00	
RECEITA DE CAPITAL		R\$ 496.862.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 332.000.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 2.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 164.860.000,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-R\$ 251.766.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 251.766.000,00	
RECEITA LÍQUIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		R\$ 5.377.656.000,00

A Receita Própria da Administração Indireta é composta da receita de Contribuições, Patrimonial, Serviços e de Outras Receitas Correntes totalizando R\$946.778.000,00.

II - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		R\$ 946.778.000,00
CAIXA DE ASSIST AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE SANTOS – CAPEP - SAÚDE		R\$ 181.132.000,00
RECEITAS CORRENTES	R\$ 95.909.000,00	
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 85.223.000,00	
FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS		R\$ 105.000,00
RECEITAS CORRENTES	R\$ 105.000,00	
FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS		R\$ 16.000,00
RECEITAS CORRENTES	R\$ 16.000,00	
INST. PREV SOCIAL DOS SERVIDORES PUB MUNICIPAIS DE SANTOS – IPREVSANTOS		R\$ 765.423.000,00
RECEITAS CORRENTES	R\$ 274.250.000,00	
REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 491.173.000,00	
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS		R\$ 102.000,00
RECEITAS CORRENTES	R\$ 101.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.000,00	

Assim, totalizamos o montante de R 6.324.434.000,00 orçado para o ano 2026.

II – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Em relação às despesas, as diferenças observadas entre as projeções deste PLOA e aquelas constantes da LDO 2026 são reajustadas principalmente em decorrência de atualização dos parâmetros utilizados, em especial nas projeções de PIB e inflação indicados anteriormente, que atualizam as despesas de caráter continuado (contratos, encargos dentre outros).

A despesa fixada para o exercício de 2026 neste Projeto de Lei Orçamentária totaliza R\$ 6.324.434.000, sendo R\$ 5.083.358.000 da Administração Direta, R\$ 185.296.000 da Câmara Municipal e R\$ 1.055.780.000 na Administração Indireta.

Os recursos foram alocados nos diversos órgãos da Administração, sendo os principais destaques e alterações:

Gabinete do Prefeito Municipal – Conta com orçamento de R\$ 11,9 milhões, que abrange o Gabinete do Vice-Prefeito, o Fundo Social de Solidariedade (FSS) e o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Santos (FMSBA-Santos).

Secretaria de Finanças – Responsável pela gestão dos recursos da administração, arrecadação de impostos e taxas, além da área de recursos humanos e suprimentos da Prefeitura. Também centraliza contratos de prestação de serviços que atendem a diversos órgãos municipais. Seu orçamento é de R\$ 18,9 milhões.

Secretaria de Educação – Dispõe de R\$ 1,1 bilhão, correspondendo a 25,19% da base de cálculo da vinculação constitucional. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) prevê arrecadação de R\$ 290 milhões.

Secretaria de Saúde – A aplicação prevista para a área da saúde corresponde a 19,80% da vinculação constitucional, totalizando R\$ 1,25 bilhão. Estima-se o ingresso de R\$ 287,1 milhões de recursos federais e R\$ 140,1 milhões de recursos estaduais para financiamento das ações.

Secretaria de Desenvolvimento Social – Responsável pela execução das ações continuadas de assistência social, programas e benefícios de proteção às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade. É gestora dos recursos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Fundo Municipal de Assistência Social contará com R\$ 36,6 milhões, enquanto o orçamento total da Secretaria será de R\$ 123,4 milhões.

Secretaria de Obras e Edificações – Compete à pasta planejar e fiscalizar obras públicas prediais e viárias, além de aprovar projetos e fiscalizar edificações particulares quanto ao uso do solo e segurança. Para 2026, dispõe de R\$ 206,3 milhões.

Secretaria de Turismo, Comércio e Empreendedorismo – Gerencia equipamentos turísticos, mantém o Restaurante-Escola e desenvolve programas e projetos voltados ao turismo e à economia criativa. Orçamento previsto: R\$ 9,2 milhões.

Secretaria de Esportes – Tem como missão promover atividades físicas acessíveis, apoiar eventos esportivos e administrar os equipamentos esportivos municipais. Contará com R\$ 8,4 milhões.

Secretaria de Cultura – Tem por missão garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso democrático às diversas formas de expressão artística. Atua no apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais, priorizando aquelas vinculadas à história de Santos, à identidade de sua comunidade e ao patrimônio local. Para 2026, estão previstos R\$ 40,8 milhões destinados à realização de eventos, à gestão de equipamentos culturais e à promoção de cursos e oficinas.

Secretaria de Comunicação e Economia Criativa – Responsável pelos serviços de informação do Executivo, elabora o Diário Oficial, portal do Município e Economia Criativa. Orçamento previsto: R\$ 35,4 milhões.

Secretaria de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – Coordena planos, legislações e programas de sustentabilidade e preservação ambiental. Sua estrutura conta com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), convênios estaduais com o FEHIDRO e receitas dos parques municipais (Aquário e Orquidário). Estão vinculados ainda o Fundo de Proteção e Bem-Estar Animal e o Fundo de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, totalizando R\$ 113 milhões.

Procuradoria Geral do Município – Órgão responsável pela representação judicial e extrajudicial do Município, consultoria jurídica, inscrição e cobrança da dívida ativa, entre outras funções. Orçamento: R\$ 3,9 milhões.

Secretaria de Segurança – Coordena convênios com o Corpo de Bombeiros, SENASP e o Governo do Estado (Atividade Delegada). Também é responsável pela Guarda Municipal, Defesa Civil e programa Salva-Surf. Orçamento: R\$ 11,5 milhões.

Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos – Administra o convênio com a CET/Santos e gerencia planos e projetos de serviços públicos, incluindo urbanismo, sistema viário, pavimentação, iluminação, macrodrenagem, obras em morros e controle das concessionárias de água, esgoto, energia e telecomunicações. Orçamento: R\$ 423,1 milhões.

Secretaria das Prefeituras Regionais – Responsável pela manutenção de próprios públicos (escolas, unidades de saúde e assistência, equipamentos esportivos, turísticos, culturais e praças) nas regiões Morros, Zona Noroeste, Centro Histórico, Área Continental, Zona da Orla e Intermediária. Contará com R\$ 105,3 milhões.

Secretaria de Governo – Atua na área de tecnologia da informação e comunicação, coordena o Centro de Controle Operacional (CCO), elabora PPA, LDO e LOA, acompanha o cumprimento do Programa Plurianual e gerencia políticas de desenvolvimento, ciência, inovação e empreendedorismo. Também administra a PPP de resíduos sólidos e limpeza urbana. Orçamento: R\$ 372 milhões.

Secretaria da Mulher, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos – Promove políticas e programas de defesa dos direitos das mulheres e demais cidadãos, além da gestão de fundos setoriais. Orçamento previsto: R\$ 10,1 milhões.

Ouvidoria e Controle – Com orçamento de R\$ 1,5 milhão, recebe denúncias, reclamações e sugestões da população, propondo estudos e projetos para modernização da gestão pública.

Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego – Visa fortalecer a relação Porto-Cidade, fomentar emprego, renda e atividades ligadas ao petróleo, gás, indústrias e logística. Orçamento: R\$ 426 mil.

Casa Civil – Responsável pelo acompanhamento de convênios estaduais, federais, emendas parlamentares e projetos especiais da Prefeitura. Orçamento previsto: R\$ 609 mil.

Encargos Gerais do Município (EGM) – Unidade orçamentária sob gestão da SEFIN, reúne despesas comuns às secretarias (exceto Saúde e Desenvolvimento Social), no valor de R\$ 1,2 bilhão. Também abriga a reserva de contingência e a ação 4000, que destina R\$ 86,2 milhões às emendas parlamentares (R\$ 4,1 milhões para cada um dos 21 vereadores).

Abaixo destacamos quadro demonstrativo das despesas previstas para 2026 dos órgãos da Administração Direta com os respectivos valores alocados no EGM totalizando o orçamento de cada secretaria:

MUNICÍPIO DE SANTOS
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026

PLOA 2026				
Nº	SECRETARIA	TOTAL POR ORGÃO	EGM DISTRIBUÍDO	TOTAL POR ORGÃO C/EGM
9	CMS	R\$ 185.296.000		R\$ 185.296.000
10	GPM	R\$ 11.844.000	R\$ 28.705.000	R\$ 40.549.000
12	SEFIN	R\$ 18.828.000	R\$ 546.780.000	R\$ 565.608.000
14	SEDUC	R\$ 1.109.789.000	R\$ 51.091.000	R\$ 1.160.880.000
15	SMS	R\$ 1.248.768.000		R\$ 1.248.768.000
17	SEOBE	R\$ 206.364.000	R\$ 40.589.000	R\$ 246.953.000
18	SETUR	R\$ 9.232.000	R\$ 18.010.000	R\$ 27.242.000
19	SEMES	R\$ 8.393.000	R\$ 41.896.000	R\$ 50.289.000
20	SECULT	R\$ 40.783.000	R\$ 43.950.000	R\$ 84.733.000
22	SECOM	R\$ 35.398.000	R\$ 14.553.000	R\$ 49.951.000
23	SEMAM	R\$ 113.009.000	R\$ 56.546.000	R\$ 169.555.000
24	PGM	R\$ 3.990.000	R\$ 22.923.000	R\$ 26.913.000
27	SESEG	R\$ 11.480.000	R\$ 164.860.000	R\$ 176.340.000
29	SEINFRA	R\$ 423.152.000	R\$ 28.653.000	R\$ 451.805.000
35	SEGOV	R\$ 372.062.000	R\$ 24.663.000	R\$ 396.725.000
37	OC	R\$ 1.576.000	R\$ 7.338.000	R\$ 8.914.000
39	SEPORTE	R\$ 426.000	R\$ 5.753.000	R\$ 6.179.000
40	SEDS	R\$ 123.475.000		R\$ 123.475.000
43	SEMULHER	R\$ 10.168.000	R\$ 19.329.000	R\$ 29.497.000
44	SECC	R\$ 609.000	R\$ 7.098.000	R\$ 7.707.000
45	SEPREF	R\$ 105.359.000	R\$ 105.916.000	R\$ 211.275.000
49	EGM	R\$ 1.228.653.000		R\$ -
SUB TOTAL DIR+CMS		R\$ 5.268.654.000		R\$ 5.268.654.000

30	FAMS	R\$ 5.892.000		R\$ 5.892.000
31	FUPES	R\$ 10.092.000		R\$ 10.092.000
32	IPREV	R\$ 855.423.000		R\$ 855.423.000
33	CAPEP	R\$ 181.132.000		R\$ 181.132.000
34	FPTS	R\$ 3.241.000		R\$ 3.241.000
SUB TOTAL IND.		R\$ 1.055.780.000		R\$ 1.055.780.000

TOTAL	R\$ 6.324.434.000		R\$ 6.324.434.000
-------	-------------------	--	-------------------

1 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA + CMS 5.268.654.000

2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 1.055.780.000

3 = 1 + 2 TOTAL GERAL DA DESPESA.....6.324.434.000

III – ORÇAMENTO CRIANÇA ADOLESCENTE - OCA

Considerando a metodologia proposta pela Fundação ABRINQ foi demonstrado neste projeto de lei o Orçamento Criança Adolescente - OCA (fls.249).

A metodologia propõe critérios para a seleção, o agrupamento e a apuração dos dados orçamentários necessários à geração do Relatório do Orçamento Criança e Adolescente (ROCA), que oferece informações estruturadas para avaliação do perfil e desempenho das políticas para a infância e a adolescência¹, sendo uma ferramenta de gestão que evidencia os gastos públicos destinados à proteção e ao desenvolvimento deste público dentro do Orçamento Público.

Para tanto considera o montante de recursos fixados destinadas nas “ações exclusivas” (Educação Básica e Especial) e nas ações “não exclusivas” (Saúde, Educação-gestão, Habitação, Saneamento, Cultura, Desporto e Lazer, Assistência Social e Cidadania.

Ações Exclusivas são aquelas cujas são despesas voltadas diretamente para a promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Já as Ações Não-Exclusivas são aquelas cujas despesas são dirigidas para a promoção e melhoria das condições de vida das famílias que beneficiam o desenvolvimento e a proteção da criança e do adolescente.

No caso ações “não-exclusivas” é calculada a proporção de criança e adolescente no município de acordo com o Censo do IBGE.

Em Santos o número de crianças e adolescente de 0 a 19 anos é de 83.349 de um total de 418.608, representando 19,91%²

O total do OCA proposto no PLOA 2026 é de R\$ 1.430.242.000, distribuído da seguinte forma:

EIXO	VALOR PREVISTO
Promovendo Vidas Saudáveis (Saúde, Habitação, Saneamento)	R\$ 286.600.000,
Acesso à Educação de Qualidade (Educação, Cultura, Desporto e Lazer)	R\$ 1.119.339.000,
Proteção Social e Direitos da Cidadania (Assistência Social, Direitos da Cidadania)	R\$ 24.303.000,

IV – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA EM 30/06/2025

¹ FONTE: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2021-09/de-olho-no-orcamento-da-crianca.pdf>

² FONTE: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>

Consideramos o recorte de 0-19 anos, tendo em vista os intervalos da pesquisa do IBGE serem 0-4; 5 a 9; 10 a 14 e 15 a 19 anos.

MUNICÍPIO DE SANTOS
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026

Em atendimento à legislação vigente encaminhamos também o quadro a seguir, que demonstra a situação econômico-financeira em 30/06/2025:

PREFEITURA DE SANTOS-SP		
SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA EM 30/06/2025		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	ATIVO FINANCEIRO	1.252.577.923,81
02	ATIVO PERMANENTE	2.877.688.402,79
03	ATIVO CIRCULANTE	1.313.522.216,41
04	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.816.744.110,19
05	CAIXA	214,68
06	BANCOS	559.405.383,65
07	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	745.846.920,09
08	PASSIVO FINANCEIRO	2.070.556.860,89
09	PASSIVO PERMANENTE	540.300.135,29
10	PASSIVO CIRCULANTE	156.320.563,42
11	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.056.723.304,69
12	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	102.941.470,01
13	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	923.510.054,32
14	DÍVIDA FLUTUANTE	130.787.552,49
15	DEPÓSITOS E OBRIGAÇÕES DIVERSAS	55.654.143,71
16	RESTOS A PAGAR	75.133.408,78
17	PRECATÓRIOS A PAGAR	580.308.928,44
18	DÍVIDA CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO	1.026.451.524,33
19	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.917.222.458,49

V – CONCLUSÃO

Concluindo, queremos destacar que esta Proposta Orçamentária obedece rigorosamente a todas as vinculações de ordem legal e constitucional e os programas e ações constantes estão compatíveis com os demais instrumentos de planejamento orçamentário do Município.

É com satisfação, Senhor Prefeito, que encaminhamos à consideração de V. Ex.^a a minuta de Projeto de Lei referente ao Orçamento de 2026 do Município de Santos.

Santos, 22 de setembro de 2025.

FÁBIO FERRAZ
Secretário de Governo